

Secretários do Nordeste acham reforma tributária insuficiente

RECIFE — Não causou muito entusiasmo aos Secretários da Fazenda de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte a aprovação pelo plenário da Constituinte da emenda do Senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) que destina ao Nordeste um por cento da receita com os Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industriais (IPI), arrecadada pela União.

Ainda sem dados precisos, a Secretaria de Fazenda de Pernambuco pediu tempo para analisar a decisão, mas os assessores encarregados de acompanhar a votação na Constituinte não se mostram otimistas. Primeiro, porque o Nordeste desejava que os três por cento fossem apenas para a Região e não para dividi-los em partes iguais com o Norte e o Centro-Oeste; segundo, porque além de ter apenas um terço do esperado, a metade fica comprometida com o semi-árido.

O Secretário da Fazenda do Ceará, Francisco José de Lima Matos, disse que caberá ao Estado somente mais CZ\$ 200 milhões. Ele acha que os

grandes beneficiados serão os bancos regionais de desenvolvimento, como Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, que deverão receber cerca de CZ\$ 15 bilhões para administrar.

Para o Secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte, José Daniel Diniz, o Nordeste perdeu, pois os recursos irão para o Governo federal e não diretamente para os Estados, uma vez que serão administrados pelos bancos regionais de desenvolvimento.

Também não gostou da decisão o Secretário da Paraíba, José Virgolino, porque vai destinar ao Estado apenas CZ\$ 120 milhões em novos recursos, insuficientes para uma obra de maior porte. A Paraíba tem um déficit orçamentário de CZ\$ 5 bilhões em 1988.

— Foi uma simples redivisão da receita. Não há indícios de que vai haver aumento do bolo — disse.

Somente o Secretário da Fazenda do Piauí, Nilo Angélico, acha que a medida é positiva, mas confessa que ainda não fez as contas de quanto o Estado vai receber.

Medidas geram polêmica em S. Paulo

Em São Paulo, o Coordenador da Frente Municipalista Nacional, Cláudio Antônio Giannini — Prefeito de Cavreúva — elogiou a decisão da Constituinte, mas fez a ressalva de que a medida não prejudicará os Estados do Sul que, por serem grandes produtores, também serão beneficiados com o aumento da alíquota do ICM.

Apesar de reconhecer que os Constituintes encontraram uma forma equitativa de resolver o problema, Giannini acha que a solução ainda está aquém das expectativas defendidas pela Frente. Para ele, o ideal seria a distribuição de toda a receita tributária nacional de maneira que um terço fosse destinado igualmente

aos Municípios, Estados e União.

Já o tributarista Yves Gandra Martins disse que a emenda aprovada “não passou de um senhor negócio às custas do povo”. Isso porque, segundo ele, aumentaram consideravelmente os instrumentos de arrecadação tributária da União e ainda houve um repasse de cinco impostos para Estados e Municípios.

Para Gandra, houve apenas um acordo entre os Constituintes das três Regiões e os do Sul:

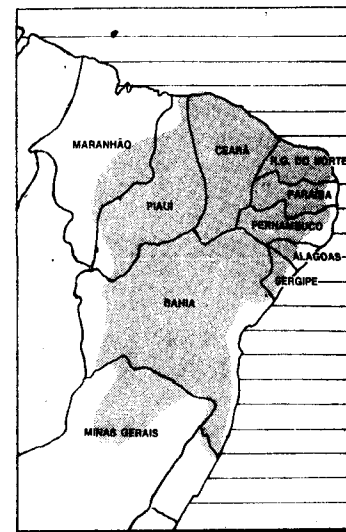
— Os três por cento foram dados em troca dos cinco por cento do Imposto de Renda para todas as empresas e pessoas físicas do Sul.

‘Polígono das Secas’ ocupa 75 por cento da Região

Da área total de 1.640 mil quilômetros quadrados do Nordeste, cerca de 75 por cento correspondem à chamada região semi-árida (1.230 mil km²), estendendo-se do Piauí até a região setentrional de Minas Gerais. Nessa área, que tem mais de 18 milhões de habitantes, predominam as pequenas cidades. É o chamado “Polígono das Secas” porque lá ocorre o fenômeno tradicional das frentes de trabalho, que, só em 1983, chegaram a alistar cerca de 2 milhões de pessoas, em programas de emergência do Governo.

A característica básica do semi-árido é a baixa precipitação pluviométrica, mas há reservas de água de superfície e de subsolo capazes de serem exploradas com irrigações. Este foi um dos fatores que levaram o Governo a pensar em um programa que prevê a irrigação de 1 milhão de hectares até o final do Governo Sarney. Além disso, o semi-árido é uma área sujeita a forte instabilidade climática, daí a opção tradicional pela pecuária. Lá chove de uma maneira inteiramente irregular e, como a região não tem capacidade de armazenar água, acaba tendo todos os anos grandes períodos de estiagem.

Estudos climatológicos atestam que o Nordeste possui um índice pluviométrico razoável, de cerca de 700 bilhões de metros cúbicos por ano. Mas 92 por cento desse volume se evaporam, 5 por cento (em torno de 36 bilhões de m³) perdem-se pelo escoamento dos



A área que receberá mais recursos

rios, de modo que são aproveitáveis apenas 24 bilhões.

Como 84 por cento dos imóveis do Nordeste têm cerca de 100 hectares, portanto são de pequenos produtores, não há possibilidade de que eles construam sistemas de armazenamento de água. O Governo vem tentando diversas fórmulas para resolver o problema, mas só a partir de instituições, como o Centro de Pesquisas do Trópico Semi-Árido (Cpatsa), de Petrolina (PE), que ensina o nordestino a conviver com a seca, algo tem se aprendido. Até o ano 2000, o Banco Mundial vai investir US\$ 15 bilhões (CZ\$ 1,9 trilhão) na região, para a execução do Projeto Nordeste.